

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kalunga S.A. (“Kalunga” ou “Companhia”) possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (223 lojas em 31 de dezembro de 2020).

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social de Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

COVID-19

A Companhia continua monitorando o andamento da pandemia de COVID-19 e seus impactos nas operações. A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 durante 2020 que continuam válidas até o momento, incluindo:

- (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia do COVID-19;
- (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
- (iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;
- (iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
- (v) reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas;
- (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, principalmente para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco (maiores de 60 anos, gestantes, diabetes e hipertensos, dentre outros);
- (vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, inicialmente com a MP 936/20, e posteriormente com a MP 1.045/21, até agosto de 2021;
- (viii) em função da pandemia do COVID-19, vários Estados proporcionaram programas de

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcelamento de ICMS. A Companhia aderiu a esses programas em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020.

O retorno das atividades presenciais em 2021, após um período longo de restrições em 2020, refletiu positiva e diretamente nas operações da Companhia. Quando comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 13,6%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 19,0%. Por outro lado, o canal de digital apresentou diminuição de 4,1%, refletindo o retorno dos clientes às lojas físicas, mas ainda se manteve acima de 20% da receita líquida total da Companhia, representando 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia conseguiu expandir a margem bruta de 34,5% em 31 de dezembro de 2020 para 36,0% em 31 de dezembro de 2021. Houve ainda o acréscimo, já líquido de impostos, no valor de R\$20.156 relativos a créditos de PIS / COFINS descritos na nota explicativa 9 (ii). Todos esses fatores contribuíram para recuperação do resultado apresentado no exercício anterior, de R\$2.773 de prejuízo líquido para um lucro líquido de R\$49.487, apurado no exercício findo em 2021.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber

A partir de 20 de março de 2020, por determinações governamentais, a Companhia teve suas operações negativamente afetadas pelo COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Companhia não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Companhia acabou apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes, sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação.

Em 2021, decorrente da redução das fraudes acima citadas, a Administração prezando pelas melhores práticas, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,77% (0,95% em 2020), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada.

Adicionalmente, a Administração da Companhia, percebendo que o recrudescimento da pandemia manteria por mais tempo os efeitos adversos do COVID-19 sobre a economia brasileira e as empresas em geral, manteve seu monitoramento intensivo sobre os recebimentos

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de faturas e inadimplência de recebíveis.

Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Companhia durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos.

Como resultado desse monitoramento intensivo, a Companhia manteve os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2021 equivale a 1,8% (1,1% em 31 de dezembro de 2020). O aumento percentual é decorrência do saldo de antecipações de recebíveis de R\$32.097, existente em 31 de dezembro de 2021 que não havia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Valor de recuperação dos estoques

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, quando comparado a 31 de dezembro de 2020, aumentou em 1,5 ponto percentual, de 34,5% para 36,0%.

(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

O cenário atual de taxa básica de juros indica um aumento gradual da taxa de juros. Conforme Reunião do COPOM de 07 e 08 de dezembro de 2021, a Selic nesse ano ficou definida em 9,25% a.a., enquanto a taxa acumulada em 12 meses em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,75%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2021, que resultaram num aumento quando comparadas com 31 de dezembro de 2020, como segue:

	2021	2020
Taxa de juros – AVP Clientes	0,99%am	0,40%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,26%am	0,52%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,64%am	0,40%am

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

- (vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19

Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R\$11.726 (Nota 12). (R\$ 27.780 em 31 de dezembro de 2020).

Aquisição da Spiral

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os “Vendedores”) para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. (“Spiral”), no valor total de R\$106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação até 31 de dezembro de 2021 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e de realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spiral.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em consonância com a Deliberação CVM N° 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas sob a

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou passivo circulante líquido de R\$241.068 (R\$72.780 em 31 de dezembro de 2020) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 18 dias em 31 de dezembro de 2021 (30 dias em 31 de dezembro de 2020) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 232 dias em 31 de dezembro de 2021 (270 dias em 31 de dezembro de 2020).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, a Administração ajustou as operações visando: i) os cuidados necessários com a saúde dos funcionários; ii) a preservação de caixa; iii) o fechamento de certas lojas físicas; e iv) a aceleração de migração de vendas dos canais físicos para os canais digitais.

A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$48.947 em 31 de dezembro de 2021 (R\$154.417 em 31 de dezembro de 2020), sendo sua redução decorrente da distribuição de dividendos aos acionistas. Apesar da extensão do cenário de pandemia da COVID-19 no exercício de 2021, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$49.487 que comparado aos R\$2.773 de prejuízo apurado em 2020, representa um aumento de 1.884,5%. Em relação a geração de caixa operacional, a Companhia apresentou um caixa positivo de R\$306.619 em 2021 que comparado aos R\$117.845 gerados em 2020, representando um aumento de 160%.

A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente.

Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e “*Ominichannel*” da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de *Copy & Print* dentro das lojas Kalunga, que em 2021 gerou receita líquida de R\$2.611 (R\$1.914 em 2020), mesmo com o impacto da pandemia do COVID-19.

Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, em que a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus *e-commerces*. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019, este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com *Online Partner Store* foram de R\$72 milhões em 2021, aumento de 81% em relação ao exercício anterior (R\$42 milhões em 2020).

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões).

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2022.

3. Políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo.

Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável.

3.3 Estoques

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

3.4 Acordos comerciais

Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor.

3.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis.

3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação.

3.7 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos.

A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14.

3.8 Intangível

São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição.

Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, amortizado durante esse período de forma linear.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

Provisão para desmantelamento de lojas

Para os contratos de aluguéis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

3.10 Imobilizado

Os terrenos, as benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, as benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a.	
	2021	2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6
Empilhadeiras	8,3	8,3
Móveis, utensílios	9,4	9,4

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeronaves	3,9	3,9
Veículos	5	5
Outros	10,9	10,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

3.12 Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente.

3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes.

Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, há somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor), bem como os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em “Fornecedores nacionais – risco sacado” em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

3.17 Benefícios a funcionários e administradores

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros.

3.18 Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra acidental e serviços gráficos (*Copy & Print*) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos.

d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores.

3.19 Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

3.20 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos.

3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito).

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iv) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.22 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A mesma pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- *CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. O pronunciamento estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.*
- *Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante. Também houve alteração relacionados a aplicação do julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023.*
- *Alterações no CPC 23 / IAS 8 – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023.*

A Administração, de forma preventiva, verifica a aplicabilidade das novas normas e alterações emitidas para a Companhia, bem como, avalia o impacto nas demonstrações financeiras, se aplicável.

3.25 Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, *spreads* históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	9.730	25.455
Aplicações financeiras	6.471	47.215
	16.201	72.670

O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 98% a 102% (103% em 2020) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6. Aplicações Financeiras

O saldo de R\$ 3.487 refere-se as aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com vencimentos em novembro e dezembro de 2022, com rendimentos entre 98% e 100% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Contas a receber

	2021	2020
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	51.402	104.094
Duplicatas a receber (ii)	21.953	18.554
Carteira digital / <i>Marketplace</i>	2.128	-
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	3.321	3.159
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.377	3.262
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.482)	(1.322)
	79.699	127.747

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas de crédito esperada	(1.405)	(1.351)
	78.294	126.396

- (i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$83.499 (R\$104.094 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$32.097 (zero em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2021	2020
A vencer	77.778	125.766
Vencidos até 30 dias	968	1.031
Vencidos de 31 até 60 dias	126	254
Vencidos de 61 até 90 dias	81	71
Vencidos de 91 até 360 dias	249	435
Vencidos acima de 360 dias	497	190
	79.699	127.747

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	(1.351)	(3.247)
(+) Constituição de provisão	(1.780)	(2.398)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	1.726	4.294
Saldo final	(1.405)	(1.351)

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação.

Foi constituída provisão para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,8% em 31 de dezembro de 2021 (1,01% em 31 de dezembro de 2020) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas.

Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 12,5% ao ano (4,9% em 31 de dezembro de 2020), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorresse

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

8. Estoques

	2021	2020
Mercadorias para revenda		
nos centros de distribuição	202.605	189.823
nas lojas	306.034	269.367
Acordos comerciais	(12.826)	(11.583)
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.469)	(2.784)
Provisão para obsolescência	(1.330)	(361)
	488.014	444.462

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês, (0,40% em 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

9. Impostos a recuperar

	2021	2020
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	340.099	333.980
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.315	2.200
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	236.006	253.421
PIS/COFINS a recuperar	16.093	10.322
Antecipação IRPJ/CSLL	595	19.164
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	2.288	3.557
Total	597.396	622.644
Circulante	480.219	467.058
Não circulante	117.177	155.586

(i) ICMS substituição tributária

A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária.

O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2021, o montante recuperado no exercício foi de R\$147.056 (R\$118.671 em 31 de dezembro de 2020), conforme legislação específica. Os valores relativos à ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$257.607 sendo R\$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras.

A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R\$15.767. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS a COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado de R\$28.015, atualizado pela Taxa SELIC conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contrapartida R\$23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$4.899 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras.

Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF).

Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período.

Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2021 foram registrados R\$8.917 como resultados financeiros (R\$3.579 em 31 de dezembro de 2020). Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	257.332
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	35.665
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.579
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(43.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421
Reconhecimento de crédito de transações de 2021	37.150
Reconhecimento de crédito extemporâneo do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017	23.116
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	8.917
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(86.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.006

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica “PIS e COFINS sobre vendas”, redutora das vendas brutas.

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2021	2020
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	63.185	29.410
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	439.134	492.086
Blantys Participações Ltda. (ii)	6.507	5.478
	508.826	526.974
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution – Tecnologia	901	982
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	85.237	94.647
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iii)	103.003	82.833
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	4.073	-
	107.076	82.833
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	736	690
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.272	950
	195.222	180.102
Passivo não circulante		
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.295	4.712
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	7.099	6.254
	11.394	10.966

- (i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado.

- (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2021 ficou entre 0,38% e 1,17% ao mês (entre 0,38% e 0,65% em 2020), sem vencimento predeterminado.
- (iii) Até 2021 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 30 de março e 11 de junho de 2022.
- (iv) Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R\$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde a taxa média ponderada da capitação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores e o vencimento em 09 de novembro de 2026.

b) Transações com partes relacionadas

	2021					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	174.855	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	721	1.084	-	-
Despesas com tecnologia	-	13.095	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	13.095	721	1.084	-	-
Receitas financeiras – mútuo	3.877	-	-	-	34.122	487
Despesas financeiras	-	-	(73)	-	-	-
Total resultado financeiro	3.877	-	(73)	-	34.122	487

	2020					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	180.532	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	675	903	-	-
Despesas com tecnologia	-	12.204	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	12.204	675	903	-	-
Receitas financeiras – mútuo	1.724	-	-	-	26.650	295
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	1.724	-	(460)	-	26.650	295

c) Relacionamentos com partes relacionadas:

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo (“conta corrente”) para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior;
- Blantys Participações Ltda. – a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;
- Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia;
- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. – locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo).

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração e encargos	7.604	820
Benefícios	919	264
Total	<u>8.523</u>	<u>1.084</u>

d) Avais com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é avalista da Spiral:

- (i) Em contratos de FINIMP, para aquisição de mercadoria, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R\$13,2 milhões, com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022 (R\$15,4 milhões em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) Em cartas de crédito para importação com o Banco Bradesco S.A., com vencimentos entre janeiro de 2022 e maio de 2022, no valor de R\$13,7 milhões (R\$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2020) e R\$0,3 milhões com o Santander do Brasil S/A. com vencimento maio de 2022; e
- (iii) Em célula de crédito bancário junto ao Banco Itaú, no valor de R\$8,8 milhões, (R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2020) com vencimentos mensais e sucessivos de janeiro de 2022 a novembro de 2024.

11. Depósitos judiciais

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	9.937	8.803
Processos tributários – IRPJ/CSLL (ii)	6.171	-
Processos trabalhistas	499	636
Processos cíveis	689	621
Processos tributários - ICMS DIFAL (iii)	3.223	-
	<u>20.519</u>	<u>10.060</u>

- (i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagem, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 18, e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos.
- (ii) A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 18). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do leading case RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados.
- (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS (“DIFAL”) pelas Unidades da Federação (“UFs”) nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS (“Serviços”). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos

	<u>Direito de uso</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Novos contratos	12.106	(11.937)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	78.094	(78.094)
Baixa de contratos	(17.509)	19.156
Amortização de direito de uso	(86.711)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.062)
Descontos obtidos COVID-19	-	11.726
Pagamentos de arrendamentos	-	119.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	(544.986)
Circulante	-	(82.264)
Não circulante	488.941	(462.722)
Direito de uso, líquidos de amortização	485.821	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.120	-
Total	<u>488.941</u>	<u>-</u>
	<u>Direito de uso</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	21.785	(21.785)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	163	-
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	47.806	(47.806)
Baixa de contratos	(2.685)	2.800

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização de direito de uso	(78.501)	-
Juros apropriados no exercício	-	(61.354)
Descontos obtidos COVID-19	-	27.780
Pagamentos de arrendamentos	-	90.682
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Circulante	-	(64.181)
Não circulante	502.961	(478.650)
Direito de uso, líquidos de amortização	499.387	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.574	-
Total	502.961	-

O direito de uso inclui os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo, bem como locação de equipamentos de informática. A composição dos ativos por direito de uso é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imóveis	488.683	502.685
Equipamentos de informática	258	276
Total	488.941	502.961

A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente dos contratos, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

A Companhia não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. No exercício de 2021, as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 10%% a.a. (10,0% a.a. em 2020), apurada sobre as transações de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de riscos e garantias.

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2021, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$444 (R\$1.457 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 2023 a 2027	538.708	49.830
De 2028 a 2032	74.200	6.864
De 2033 a 2036	6.881	636
Total dos pagamentos mínimos	619.789	57.330
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(157.067)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	462.722	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	544.986	462.592	373.121	285.024	200.009
Projeção Nominal e Taxa nominal	640.653	564.864	473.691	376.090	274.807
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	488.941	392.400	300.933	218.539	145.826
Projeção Nominal e Taxa nominal	529.555	429.707	331.760	242.703	163.771

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encargos financeiros

Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(62.062)	(57.528)	(47.979)	(37.994)	(28.214)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(76.088)	(69.048)	(59.822)	(49.230)	(37.999)

Despesa de amortização do direito de uso (i)

Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(86.380)	(93.162)	(91.467)	(82.394)	(72.713)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(85.202)	(99.590)	(97.948)	(89.057)	(78.932)

Total de despesa

Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	(148.442)	(150.690)	(139.446)	(120.388)	(100.927)
Projeção Nominal e Taxa nominal	(161.290)	(168.638)	(157.770)	(138.287)	(116.931)

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Imobilizado		Equipamentos		Móveis e		Aeronaves		Veículos		Imobilizado em andamento		Total
	Terrenos	Benfeitorias	Instalações	de informática	Empilhadeiras	utensílios				Outros		imobilizado	
Saldos em 31/12/2019	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795		
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071		
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)		
Valor contábil, líquido	20.781	65.785	57.602	4.934	3.995	6.072	6.063	126	5.024	1.413	171.795		
Aquisição	-	9.907	5.557	1.532	90	1.586	-	-	14	76	18.762		
Baixas	-	(312)	-	-	-	-	-	-	(78)	-	(390)		
Depreciação	-	(15.839)	(8.499)	(2.195)	(486)	(970)	(353)	(8)	(780)	-	(29.130)		
Cisão parcial	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)		
Transferências	-	-	274	-	-	1	-	-	-	(275)	-		
Saldos em 31/12/2020	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866		
Custo total	-	148.090	105.809	25.317	6.601	13.060	8.951	159	3.685	742	312.414		
Depreciação acumulada	-	(88.549)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.241)	(41)	(1.423)	-	(174.548)		
Valor contábil, líquido	-	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866		
Aquisição	-	5.288	7.681	704	233	326	704	-	5	451	15.392		
Baixas	-	(9.483)	-	-	-	-	(208)	-	-	-	(9.691)		
Depreciação	-	(15.303)	(9.724)	(2.093)	(504)	(1.082)	(468)	(8)	(356)	-	(29.538)		
Transferências	-	-	17	-	-	290	-	-	-	(307)	-		
Saldos em 31/12/2021	-	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029		
Custo total	-	143.895	113.507	26.021	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115		
Depreciação acumulada	-	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)		
Valor contábil, líquido	-	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029		

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 2.635 (R\$3.885 em 31 de dezembro de 2020), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

14. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores nacionais – terceiros	719.038	619.884
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	3.847	2.565
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	85.237	94.647
Ajuste a valor presente (AVP)	<u>(14.289)</u>	<u>(5.875)</u>
	<u>793.833</u>	<u>711.221</u>

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2021 foi calculado considerando a taxa de 1,26% ao mês (0,52% a.m. em 31 de dezembro de 2020) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

- (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram antecipados R\$20.512 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R\$606 (em 2020 foram antecipados R\$18.961 e a receita foi de R\$1.450), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Varição do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	Ago/2025	686.677	824.642
Comprar - (financiamento de compras)	Varição do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% ao ano.	Jun/2021	-	357
Outros financiamentos	Juros fixos de 10,1% a 12,4% a.a.	Nov/2024	1.695	2.993
			688.372	827.992
Circulante			229.896	244.779
Não circulante			458.476	583.213

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2021	-	-
2022	-	148.676
2023	193.851	174.309
2024	165.855	161.302
2025	98.770	98.926
	458.476	583.213

Os contratos não possuem cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3.

a. Garantias:

Em garantia dos contratos de capital de giro e Comprar, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 13% a 30% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas, bem como, requerer a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira.

Já nos contratos outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais

	2021	2020
IRRF a recolher	1.850	1.460
ISS de terceiros a recolher	68	81
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	2.035	275
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	17.943	15.958
Total de impostos a pagar	21.896	17.774
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	15.186	22.866
Total de obrigações fiscais	37.082	40.640
Circulante	28.515	26.142
Não circulante	8.567	14.498

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais.

A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2019	8.026
Novos parcelamentos	21.790
Atualização monetária	547
Pagamentos realizados	(7.497)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	22.866
Novos parcelamentos (i)	1.260
Atualização monetária	390
Pagamentos realizados	(9.330)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021	15.186
Circulante	6.619
Não circulante	8.567

- (i) Em 25 de março de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração referente ao não recolhimento de ICMS para operações de saída no Distrito Federal.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
2020	-	-
2021	-	-
2022	-	6.164
2023	3.473	3.396
2024	849	823
2025	849	823
2026	849	823
2027	849	823
2028	849	823
2029	849	823
	<u>8.567</u>	<u>14.498</u>

17. Receita diferida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra acidental (i)	1.932	1.988
Adiantamentos recebidos (ii)	107	123
	<u>2.039</u>	<u>2.111</u>

- (i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

- (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisões para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

perda provável, demonstradas a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	1.455	2.479
Cíveis	623	531
Tributárias	6.556	6.770
	8.634	9.780

Contingências trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Contingências cíveis:

As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Contingências tributárias:

As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS, tomados de janeiro de 2017 a setembro de 2020, que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido.

A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.999	863	6.871	9.733
Provisão (reversão)	731	187	(101)	817
Pagamentos	(251)	(519)	-	(770)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.479	531	6.770	9.780
Provisão (reversão)	(548)	552	(214)	(210)
Pagamentos	(476)	(460)	-	(936)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.455	623	6.556	8.634

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas

Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Natureza</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cível	1.250	84
Trabalhista	7.388	2.669
Tributário	16.639	126.329
	<u>25.277</u>	<u>129.082</u>

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2021 se referem substancialmente a:

i) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Companhia no montante de R\$5.921 em 31 de dezembro de 2021 (R\$7.250 em 31 de dezembro de 2020); e

ii) A Companhia, até 30 de junho de 2021, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantém como possível o risco de perda relativo à incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de indébitos, no montante de R\$8.047 (R\$104.548 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$97.074 de IR / CS e R\$7.474 de PIS / COFINS).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$8.300, representado por 500.000.000 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2020), sendo 50% detido por cada um dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2020).

b) Alterações societárias

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos sócios quotistas no montante de R\$23.171, através de parte do saldo de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R\$23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 13).

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

c) Reserva legal

Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída reserva legal no montante de R\$1.660.

d) Reserva para investimento

Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2021 foram constituídos R\$35.870 de reserva de investimento, encerrando o exercício social com um saldo de R\$ 38.981.

As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita no “c”, ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 Eventos subsequentes.

e) Reserva especial de dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$143.000 com base na reserva especial de dividendos. O valor dos dividendos aprovados foi liquidado através de

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os acionistas controladores (Nota 10).

f) Dividendos mínimos obrigatórios.

Em consonância com artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados R\$11.957 para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

g) Custos com emissão de ações

Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$3.638, foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente.

20. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(+) Empréstimos e financiamentos	688.372	827.992
(-) Aplicação financeira	(3.487)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.201)	(72.670)
(=) Dívida líquida	668.684	755.322
(+) Total do patrimônio líquido	48.947	154.417

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(=) Total do capital	717.631	909.739
Índice de alavancagem financeira - %	93,18	83,03

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de produtos	2.766.729	2.426.693
Venda de serviços	11.141	9.982
Ajuste a valor presente (AVP)	(19.057)	(13.153)
Devoluções	(50.838)	(45.663)
ICMS sobre vendas	(441.758)	(382.745)
PIS e COFINS sobre vendas	(211.184)	(185.434)
ISSQN sobre vendas de serviços	(535)	(481)
Receita líquida	2.054.498	1.809.199

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2021	2020
Lojas físicas	1.639.130	1.377.067
Canal digital	412.757	430.218
Copy & Print	2.611	1.914
	2.054.498	1.809.199

22. Despesas com vendas

	2021	2020
Salários e encargos sociais	(213.357)	(185.171)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(78.761)	(72.140)
Depreciação e amortização	(28.504)	(27.655)
Taxa de cartão de crédito	(33.501)	(27.319)
Propaganda e publicidade	(31.043)	(29.401)
Aluguéis (ii)	(22.299)	(1.478)
Energia elétrica, água e telefone	(24.395)	(19.579)
Fretes com vendas	(17.963)	(25.736)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(13.928)	(13.379)
Despesas com manutenção	(6.443)	(7.892)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(16.273)	(17.671)
Serviços de terceiros	(10.849)	(7.706)
Materiais de embalagem	(5.487)	(5.575)
Impressos e material de escritório	(3.487)	(2.809)
Royalties	(2.344)	(3.602)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(1.780)	(2.398)
Quebra de caixa	(320)	(175)
Pró-labore	-	(270)
Outras despesas	(6.414)	(18.921)
	(517.148)	(468.877)

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Esse montante compreende R\$86.711 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R\$78.501 em 2020), líquido de R\$7.950 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$6.361 em 2020).

(ii) Esse montante contempla o desconto de R\$11.726 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19 (R\$27.780 em 2020).

23. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviços de terceiros	(27.780)	(28.557)
Salários e encargos sociais	(28.204)	(21.915)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	210	(174)
Manutenção	(676)	(1.376)
Depreciação e amortização	(2.517)	(2.459)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(644)	(429)
Energia elétrica, água e telefone	(421)	(448)
Aluguéis	(197)	(243)
Pró-labore	(5.400)	(270)
Legais e tributárias	(191)	(884)
Outras despesas	(1.588)	(5.122)
	(67.408)	(61.877)

(i) Esse montante compreende R\$710 (R\$473 em 2020) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R\$66 (R\$44 em 2020) de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos.

24. Outras receitas operacionais, líquidas

	2021	2020
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	23.116	-
Outras receitas e despesas	(2.950)	1.011
	20.166	1.011

(i) A Companhia reconheceu em 2021 créditos de PIS/COFINS pela exclusão do ICMS da base de cálculo referente ao período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017. Tal reconhecimento foi decorrente da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O montante total foi de R\$28.015 mil, sendo R\$23.116 de valores de principal e R\$4.899 de receita financeira pela atualização monetária registrado como receitas financeiras. Vide Nota 9.

25. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(59.619)	(59.813)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(57.286)	(39.178)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(73)	(460)
Despesas bancárias	(2.844)	(5.533)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(38.881)	(34.083)
Outros	(13.027)	(7.320)
	(171.730)	(146.387)
Receitas financeiras		
Juros sobre contratos de mútuo (partes relacionadas)	38.486	28.669
Juros ativos	326	254
Descontos obtidos	26	442

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rendimento de aplicações financeiras e operações de liquidez imediata e comissões sobre operações de risco sacado	1.318	2.171
Ajustes a valor presente de contas a receber	18.898	14.158
Variação monetária	1.508	1.122
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(2.231)	(1.934)
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	8.917	3.934
	67.248	48.816
Resultado financeiro	(104.482)	(97.571)

- (i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 9.
- (ii) Esse montante compreende R\$62.062 de juros de arrendamento (Nota 12), líquido de R\$2.443 de PIS e COFINS (R\$61.354 e R\$1.541 em 2020, respectivamente).

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da taxa efetiva

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	71.073	(2.644)
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(24.165)	899
<u>Ajustes para obtenção da alíquota efetiva</u>		
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	342	134
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Outras adições e exclusões permanentes	2.213	(1.186)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(21.586)	(129)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(22.442)	(8.134)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	856	8.005
	(21.586)	(129)
	30,37%	-4,88%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2021	2020
Provisão para perdas de crédito esperada	(478)	(459)
Provisão para perdas de estoques	(452)	(123)
Provisões para contingências trabalhistas e cível	(2.936)	(3.325)
Ajuste a valor presente	2.155	602
Arrendamentos	(19.055)	(13.555)
Diferença de taxa de depreciação	377	244
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 9)	43.683	41.367
Bonificação de estoques não realizados	(4.361)	(3.938)
Outros	(1.480)	(2.504)

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda diferido passivo, líquido	<u>17.453</u>	<u>18.309</u>
--	---------------	---------------

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial imposto de renda diferido passivo, líquido	(18.309)	(26.314)
Constituição (reversão) no resultado do exercício	856	8.005
Saldo final imposto de renda diferido passivo, líquido	<u>(17.453)</u>	<u>(18.309)</u>

27. Resultado por ação

O cálculo do (prejuízo) lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício.

A Companhia não possuía instrumentos diluidores do (prejuízo) lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.487	(2.773)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	500.000.000	500.000.000
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (expressos em Reais)	<u>0,0990</u>	<u>(0,0055)</u>

28. Instrumentos financeiros

28.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada. Apesar da revogação da Instrução CVM no. 475/08, entendemos que a apresentação dos percentuais de deterioração de 25% e 50% continuam sendo úteis para entendimento da sensibilidade envolvida nos instrumentos financeiros da Companhia.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021:

	Risco	2021	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos:				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI	302	226	152
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI	400	300	201
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI	59.075	44.306	29.538
	Subtotal	518.784		59.777	44.832	29.891
Passivos:						
Empréstimos e financiamentos, capital de giro e Compropr (*)	Alta do CDI	688.802	CDI	(79.970)	(99.963)	(119.955)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic	(1.405)	(1.756)	(2.108)
	Subtotal	703.988		(81.375)	(101.719)	(122.063)
	Total	185.204		(21.598)	(56.887)	(92.172)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.).

(*) Valor bruto dos custos de amortizar de captações de recursos de terceiros.

b) Risco de crédito

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$229.111 (R\$72.780 em 31 de dezembro de 2020).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	107.076	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	1.105.993	588.177	333.021	107.076	2.134.267

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	711.221	-	-	-	711.221
Passivo de arrendamento	64.181	303.176	175.474	-	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	82.833	82.833
Empréstimos e financiamentos	244.779	583.213	-	-	827.992
Total	1.020.181	886.389	175.474	82.833	2.164.877

d) Instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	16.201	72.670
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	78.294	126.396
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	3.487	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	508.826	526.974
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	20.519	10.060
			627.327	736.100
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	793.833	711.221
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	688.372	827.992
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	544.986	542.831
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	107.076	82.833
			2.134.267	2.164.877

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

28.3. Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

	Em 31 de dezembro de 2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo de arrendamento	542.831	(56.017)	(62.061)	69.897	62.062	(11.726)	544.986
Empréstimos e financiamentos	827.992	(196.427)	(55.354)	54.875	57.286	-	688.372
Empréstimos com partes relacionadas	82.833	(232.344)	-	256.514	73	-	107.076
	1.453.656	(484.788)	(117.415)	381.286	119.421	(11.726)	1.340.434

	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2020
Passivo de arrendamento	533.148	(32.706)	(57.976)	66.791	61.354	(27.780)	542.831
Empréstimos e financiamentos	643.360	(128.660)	(63.428)	337.542	39.178	-	827.992
Empréstimos com partes relacionadas	149.986	(401.504)	(875)	334.766	460	-	82.833
	1.326.494	(562.870)	(122.279)	739.099	100.992	(27.780)	1.453.656

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2021, não foram outorgadas opções e não houve, conseqüentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2021	2020
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	143.000	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	11.652	21.948
Remensuração de arrendamentos	79.227	47.806
	11.726	27.780
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento		27.780
Baixa de contratos de arrendamento	1.485	115
Aumento de capital com lucros acumulados	-	23.171
Cisão parcial de ativo imobilizado	-	(23.171)
Compensação de IR e CS correntes com saldo de pagamentos a maior em 2020	10.789	-
Compensação de IR e CS correntes com créditos de PIS e COFINS	8.967	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	11.957	-

31. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

- (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$716.056 (R\$719.507 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R\$98.100 (R\$95.000 em 31 de dezembro de 2020); Centros de Distribuição no montante total de R\$263.080 (R\$314.317 em 31 de dezembro de 2020), com um limite máximo garantido de R\$225.302 (R\$245.100 em 31 de dezembro de 2020);
- (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$5.500 (R\$3.167 em 31 de dezembro de 2020);
- (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2020), equivalentes a R\$72.547 (R\$67.557 em 31 de dezembro de 2020);
- (d) Responsabilidade cível de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo

Kalunga S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

garantido de R\$60.000 (R\$80.000 em 31 de dezembro de 2020); e

(d) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R\$1.000.

32. Eventos subsequentes

Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R\$11.957 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R\$35.870 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido.

Com o objetivo de reforçar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que os valores relativos ao dividendo mínimo obrigatório e a reserva de investimentos, que totalizam R\$47.827, sejam utilizados para aumento do Capital Social, elevando o mesmo de R\$8.300 para R\$56.127. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada.
